

**A INTERPRETAÇÃO DE FLORESTAN SOBRE OS MOVIMENTOS NEGROS:
afinidades com as teorias dos novos movimentos sociais**

***FLORESTAN'S INTERPRETATION OF BLACK MOVEMENTS:
affinities with the theories of new social movements***

Remo Mutzenberg*

Eliane Veras Soares**

Resumo

Em 1964, Florestan Fernandes defendeu sua tese de cátedra, “A integração do negro na sociedade de classes”. É inegável que essa é uma de suas obras mais discutidas, tendo gerado uma literatura extensa, abonando-a ou denegando-a. “A integração” demarca um campo antagônico em relação às análises até então vigentes sobre a questão racial e o modo de compreender a transformação da sociedade brasileira em uma nova ordem social, a ordem social competitiva, conformada com o fim da ordem social escravocrata. Apesar de o livro ter se tornado um parâmetro nesse debate, a análise sobre os movimentos negros passou ao largo da exuberante literatura produzida sobre os movimentos sociais que marcam as ciências sociais no Brasil a partir dos anos 1970, com a eclosão das Teorias dos Novos Movimentos Sociais. No presente artigo, expomos questões fundamentais abordadas por Florestan Fernandes que, posteriormente, se apresentam como centrais nas emergentes teorias sobre novos movimentos sociais, tanto do ponto de vista conceitual quanto metodológico.

Palavras-Chave: Integração do negro na sociedade de classes. Movimentos sociais no meio negro. Revolução dentro da ordem. Teorias dos novos movimentos sociais.

Abstract

In 1964, Florestan Fernandes defended his thesis, *A integração do negro na sociedade de classes*. [The Integration of the Negro in class society] It is undeniable that this is one of his most discussed works, and it has generated an extensive literature, both condoning and denying it. His work demarcates an antagonistic field in relation to the hitherto prevailing analyses of the racial question and how to understand the transformation of Brazilian society into a new social order, a competitive social order, tied to the end of a social order that included slavery. Although the book has become a landmark in this debate, an analysis of black movements has been overlooked in the exuberant literature produced on social movements that has marked the social sciences in Brazil since the 1970s, with the emergence of the New Social Movement Theories. In this article, we discuss the fundamental issues addressed by Florestan Fernandes, which later became central to the emerging theories on new social movements, both from a conceptual and methodological point of view.

Keywords: Integration of black people into class society. Social movements in black circles. Revolution within order. Theories of the new social movements.

* Doutorado em sociologia (PPGS/UFPE). Áreas de pesquisa: movimentos sociais, metodologia e sociologia em África. Professor titular aposentado do Departamento de Sociologia da UFPE e ex-membro do Programa de Pós-Graduação de Sociologia (UFPE). E-mail: remutz@gmail.com.

** Professora titular aposentada do Departamento de Sociologia da UFPE. Integrou o corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE (2002-2022). Fundadora, ao lado de outros colegas, da Coordenação de Estudos de África do Centro de Estudos Avançados da UFPE. E-mail: elianeveras1@gmail.com.

Introdução

Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado.

(Karl Marx – O 18 de Brumário de Louis Bonaparte).

Os negros precisavam sair da apatia que envergonha a raça de gigantes.

(Vicente Ferreira – O Clarim da Alvorada).

O presente artigo tem como objetivo identificar paralelos entre a análise do movimento negro, realizada por Florestan Fernandes em sua tese de cátedra defendida em março de 1964 (2008a, 2008b), com a literatura do campo dos Novos Movimentos Sociais (TNMS), que se constituiu a partir do final década de 1960. Referimo-nos, em particular, aos autores que buscaram um diálogo entre duas orientações analíticas, aqueles que, por um lado, buscaram inicialmente responder o “porquê” (fatores estruturais) e, por outro lado, aqueles que privilegiaram o “como” (fatores estratégicos) dos movimentos sociais. A partir da década de 1990, esse diálogo foi objeto de teorização de autores como Alberto Melucci, Sidney Tarrow, Charles Tilly, David A Snow, Robert D. Benford, Doug McAdam, John McCarthy, D. Mayer N Zald.

Equiparar as análises de Florestan sobre os movimentos negros na cidade de São Paulo, entre 1920 e 1937, com essa literatura pode parecer anacrônico e incongruente. É inequívoco que não encontramos uma teoria dos movimentos sociais que tenha sido medular no conjunto das preocupações de Florestan Fernandes. O exercício que elaboramos neste artigo limita-se a identificar como diversos temas e problemas, caros aos autores das TNMS, têm lugar na análise que compõe os dois volumes da “A integração do negro na sociedade de classes”, mais especificamente no primeiro capítulo do segundo volume, intitulado “Os movimentos sociais no ‘meio negro’”. Entre outros fatores que podem explicar tais antecipações e afinidades, destacamos o fato da sofisticada análise do movimento negro na cidade de São Paulo, em diferentes dimensões, estar baseada no rico material empírico, resultado do Projeto Unesco e, o mais fundamental, a perspectiva original do pesquisador, fruto da sua formação e inquietação teórica, política, metodológica e epistemológica.

Os resultados do Projeto Unesco sobre as relações raciais entre brancos e negro na cidade de São Paulo (Bastide; Fernandes, 1959) e a tese de cátedra de Florestan, “A integração do negro na sociedade de classes” (Fernandes, 2008a, 2008b), colocaram a questão racial como referência primeira para a interpretação da formação e consolidação do regime de classes no Brasil. Do ponto de vista analítico, podemos identificar na obra um estilo “*lumpen* de

pensamento”. Como afirmam os autores de *Florestan Fernandes ‘Critical Sociology’: A Social Theory of Brazil and Latin America*:

As temáticas de pesquisa, os horizontes teóricos-metodológicos e as perspectivas prático-políticas de Florestan Fernandes nas ciências sociais estarão inscritos no seu estilo *lumpen*, radical-popular e socialista de pensamento, enraizado nas estruturas mais profundas de sentimento de uma criança precocemente lançada ao mundo do trabalho (Costa; Soares, 2024, p. 18, tradução nossa).

Sob o prisma da sociologia produzida no Brasil, no âmbito da questão racial, a pesquisa realizada por Bastide, Fernandes e colaboradores, bem como a obra posterior de Florestan, significou uma ruptura com a produção sociológica anterior sobre o tema, um contraponto à perspectiva freyriana ancorada nas noções de democracia social/racial e do equilíbrio de antagonismo entre dominadores e dominados, senhores e escravos, brancos e negros (Bastos, 2024). “A integração” demarca um campo antagônico em relação às análises da questão racial e à compreensão da formação da sociedade brasileira.

Apesar de o livro ter se tornado um parâmetro nesse debate, a análise dos movimentos negros na cidade de São Paulo passou ao largo da exuberante literatura sobre os movimentos sociais que marcaram as ciências sociais no Brasil, particularmente a partir dos anos 1970. A nosso ver, essa invisibilidade/desconhecimento está relacionada: a) ao impacto provocado pela ruptura com a produção sociológica anterior sobre o tema da questão racial e da formação nacional, que se constituiu como foco central da leitura da obra; b) à compreensão equivocada de que a sociologia de Florestan teria tão somente uma perspectiva macrosociológica/funcionalista, visão essa que ignora as suas análises sofisticadas das interações sociais, livres de caráter determinista; c) ao fato do autor acentuar as dimensões políticas contingentes na formação daqueles movimentos, que o distancia de um viés teórico que privilegia os movimentos progressistas nas perspectivas teóricas inauguradas nos anos de 1970. Isso implicou, por parte dos estudiosos dos novos movimentos sociais, um olhar reducionista em relação ao movimento negro, visto, geralmente, a partir da Frente Negra Brasileira e de sua adesão ao integralismo e ao conservadorismo como estratégia de enfrentamento ao racismo (1930-1937). Entre outros efeitos, essa perspectiva levou à invisibilização de distintas posições políticas que constituíram os movimentos daquele período, algumas delas incorporadas na agenda da luta de movimentos negros posteriores, como a do Movimento Negro Unificado. Essa ausência reflete-se, por exemplo, no clássico “História dos

Movimentos e Lutas Sociais” de Maria da Glória Gohn (1995), que não faz referência ao movimento negro, objeto de análise minuciosa de Florestan.

Não obstante o caráter conservador de uma ala majoritária e do malogro dos movimentos negros daquele período, Florestan Fernandes lhes dedica especial atenção, pois eles teriam sido “os únicos mecanismos de reação societária consistente aos dilemas sociais criados pela situação de contato racial” e porque “eles constituem uma impressionante façanha histórica, na luta pela modernização da sociedade brasileira no presente” (Fernandes, 2008b, p. 10).

Florestan Fernandes expõe, *avant la lettre*, muitas das questões centrais ao debate sobre novos movimentos sociais, tanto do ponto de vista conceitual quanto metodológico. Sua análise busca identificar quais são os fatores que permitem compreender o “porquê” e o “como” do surgimento de movimentos e o que os torna viáveis (Fernandes, 2008b, p. 13). Observa, ainda, como os movimentos negros lançaram uma agenda de afirmação do negro e de suas lutas futuras.

Diante dessas questões, este artigo está organizado em cinco tópicos, a saber: 1) exposição sintética do caminho metodológico percorrido pelo autor; 2) apresentação das mudanças estruturais que desencadearam requisitos psicossociais e socioculturais necessários ao surgimento do protesto negro na cidade de São Paulo nos anos 1920-1930; 3) abordagem dos efeitos do colapso da dominação tradicional e da abertura de oportunidades políticas, que propiciaram a emergência daqueles movimentos; 4) referência à função desempenhada pelas lideranças dos movimentos negros; 5) conclusões daquilo que conseguimos observar como um diálogo possível entre o trabalho realizado por Florestan Fernandes e as teorias dos novos movimento sociais. Convém lembrar que em cada tópico procuramos dar vida a esse diálogo orientados pelo uso da imaginação sociológica, não sendo nosso objetivo esgotar a complexa análise de Florestan Fernandes, menos ainda as teorias dos novos movimentos sociais.

Caminho metodológico: “lógicas” e “técnicas empíricas”

A análise que Florestan Fernandes realiza do movimento negro não se apresenta de forma autônoma, nem com a pretensão de elaborar uma teoria dos movimentos sociais. Ela integra o exame da sociedade brasileira, na qual a questão racial se coloca como uma interrogação sobre a construção da nacionalidade. Em outros termos, o autor problematiza o lugar estruturalmente destinado ao negro nessa sociedade em transição e leva a cabo o

desmascaramento da ideologia expressa na ideia de que “nós somos o paraíso tropical da convivência democrática das raças” (Fernandes, 2017, p. 21).

Para os fins deste artigo, partimos dos resultados desenvolvidos no primeiro volume de “A integração do negro na sociedade de classes” (com o sugestivo subtítulo “O legado da raça branca”), cujo objeto são as transformações estruturais e funcionais da sociedade brasileira. Transformações essas que não alteraram as estruturas das relações raciais herdadas do regime escravista, perpetuando “suas principais características obsoletas, mantendo o negro e o mulato numa situação social desalentadora, iníqua e desumana” (Fernandes, 2008b, p. 7).

Na perspectiva de Florestan, nesse processo se alicerçam dois grandes dilemas sociais. O dilema da absorção da “população de cor” à nova ordem social e o dilema do “preconceito de cor”. Esse último resultando na manutenção do *status quo* da população negra, por meio da manutenção da “associação entre *cor e posição social ínfima*, a qual excluía o ‘negro’, de modo parcial ou total (conforme os comportamentos e os direitos sociais considerados), da condição de *gente*” (Fernandes, 2008b, p. 7-8, grifo do autor).

Diante desse pano de fundo, “sob os olhos impassíveis, perplexos ou hostis dos ‘brancos’, ergueu-se ‘o protesto negro’, como o ‘clarim da alvorada’, inscrevendo-se nos fatos históricos da cidade os pródromos da *Segunda Abolição*” (Fernandes, 2008b, p. 9, grifo do autor), marcando a inserção do “negro” e do “mulato” à cena histórica e, ao mesmo tempo, o desabrochar de uma nova forma de ser e estar na sociedade.

Sabemos que na análise de “A integração do negro”, Florestan recorre a uma abordagem histórico-estrutural, buscando compreender como as ordens políticas e ideológicas se coadunavam com a economia e a sociedade. No entanto, ao se considerar os distintos níveis de análise, evidencia-se uma complexidade que requer a mobilização de outros recursos metodológicos. Tanto na pesquisa com Bastide como na tese de cátedra, convoca-se, junto a uma perspectiva histórico diacrônica, uma abordagem sincrônica estrutural-funcionalista (Costa; Soares, 2024, p. 74), acionadas segundo os aspectos dos problemas investigados e condicionadas pelos fundamentos lógicos da análise¹. Bastide e Florestan, já no projeto de estudos, salientam que “as hipóteses diretrizes na interpretação de um fenômeno são construídas, em parte, graças ao *modo peculiar* de encarar o objeto” (Bastide; Fernandes, 1959,

¹ Nos anos 1950, o autor desenvolveu ampla reflexão sobre modelos de explicação sociológica e seus fundamentos lógicos e empíricos, que resultaram na publicação de “Fundamentos empíricos da explicação sociológica” (1959) e “Ensaio de sociologia geral e aplicada” (1960). Um relato esclarecedor sobre seus interesses teóricos e metodológicos pode ser encontrado em Fernandes (1975).

p. 325, grifo do autor). Isso revela a necessidade de clareza na escolha do método de interpretação, considerando as suas implicações teóricas, definições conceituais, seleção de técnicas e métodos, e delimitação do objeto de investigação.

Um outro aspecto metodológico inovador da pesquisa foi a participação ativa dos pesquisados no desenvolvimento da pesquisa (Bastide; Fernandes, 1959; Fernandes, 2017), o que possibilitou uma análise sociológica da sociedade paulista a partir da ótica do negro e de seus movimentos de protesto. Essa participação ocorreu nos vários encontros, mesas-redondas, estudos elaborados por intelectuais do movimento, análise da imprensa negra, entre outros recursos. Dessa forma, o chamado Projeto Unesco em São Paulo (1951-1952) resultou em análise de vasto material, composto por jornais – em especial da imprensa negra – documentos diversos, entrevistas, depoimentos, seminários, dados estatísticos, observação, produção de brochuras, entre outros. Antonia Campos (2014) apresenta uma análise detalhada dos procedimentos da investigação e das técnicas de pesquisa empírica mobilizadas, focalizando as mesas-redondas que aprofundaram o contato entre pesquisadores acadêmicos e intelectuais negros. Destacamos, ainda, o recurso à imprensa negra para o exame das representações, dos sentimentos, das atitudes e das necessidades comuns a uma classe de indivíduos, isto é, para apreender o processo de organização do protesto negro (Bastide, 1983). Como observa Florestan, anos depois, “[as] elaborações perceptivas e cognitivas - das mais elementares às mais complexas e literárias ou políticas - do movimento negro serviram como ponto de partida e fio condutor” (Fernandes, 2017, p. 136-137).

Mudanças estruturais e seus efeitos psicossociais

Sob a denominação “novos movimentos sociais”, grosso modo, desenvolveram-se duas perspectivas. Aquelas centradas no “porquê” (fatores estruturais)² e aquelas que focalizam “o como” (fatores estratégicos) de sua formação. Sob essa designação, as análises voltaram-se para atores outrora negligenciados e para atores emergentes no contexto social, político e cultural, a partir do final da década de 1960 (Chazel, 1995; Cohen, 1985; Foweraker, 1995; Laraña;

² Os autores que recorrem a essa terminologia têm como ponto em comum a sua relação inicial com o marxismo e progressivo afastamento daqueles pressupostos, com desenvolvimento de abordagens diferenciadas e até opostas. As tentativas de agrupar tais abordagens são também distintas. Maria da Glória Gohn (1997), por exemplo, identifica dois grandes grupos, os neomarxistas e os culturalistas-acionistas. O primeiro subdivide-se entre os historiadores Eric Hobsbawm, Georg Rude, E. P. Thompson e o histórico-estruturalistas composto por Manuel Castells, Borja e Lojkin. O segundo grupo estaria composto por três orientações: a histórico-política com Claus Offe, a psicossocial com Alberto Melucci, Laclau e Mouffe, e a acionalista com Alain Touraine.

Gusfield, 1994; Nascimento, 1998; Neveu, 1996; Gohn, 1997; Melucci 1996; Alonso, 2009; Scherer-Warren, 1987).

A primeira tendência, que privilegia os fatores estruturais, desenvolveu-se, principalmente, no contexto europeu, em grande medida em decorrência da crise do marxismo diante do enfraquecimento do movimento operário (Anderson, 1989; Alonso, 2009). A segunda, voltada aos fatores estratégicos das manifestações dos novos movimentos sociais, se expressa como crítica ao estrutural-funcionalismo parsoniano e à Teoria da Mobilização de Recursos de Olson (1971), que é desenvolvida por autores como McCarthy, Zald, McAdam e Tilly, integrando contribuições do interacionismo e das TNMS (Laraña; Gusfield, 1994)³.

A complexidade e as diferentes dimensões do objeto de estudo revelaram as limitações dessas abordagens, levando a se buscar análises que articulassem as dimensões do “porquê” e do “como” (Melucci, 1989, 1991, 1996; Arrow, 2009; Nascimento, 1998; Cohen, 1985). Sobressaem, nessas sínteses, aspectos estruturais e estratégicos, tais como: estruturas sociais, estruturas de oportunidades políticas, recursos, repertórios da ação coletiva, identidade, quadros de referência/ideologia, alinhamento, articulação, entre outros. Em particular, realça-se a construção de sentidos, colocando em relevo o campo cognitivo e ideológico.

Como veremos adiante, essas questões estão presentes na análise feita por Florestan Fernandes dos movimentos sociais “no meio negro”, antecipando-se à produção teórica no campo dos movimentos sociais. Se, por um lado, Florestan parte de uma análise histórico-estrutural das transformações da sociedade brasileira, a partir do final do século XIX, com o processo de consolidação da ordem social competitiva, destacando determinados “incentivos” ao surgimento dos movimentos sociais no meio negro, por outro lado, evidencia as conexões com as dimensões psicossociais e socioculturais como requisitos à formação desses movimentos. É nessa conexão entre “incentivos históricos sociais” e os “requisitos psicossociais ou socioculturais” que Florestan busca o encadeamento dos sentidos das ações construídos pelos movimentos negros. Assim, compreendemos que a análise não se limita a fatores puramente econômicos, mas articula fatores sociais, culturais e psicossociais, com a agência assumindo seu lugar nesse processo.

³ Nesse quadro, três núcleos teóricos podem ser destacados: a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS), a Teoria da Mobilização de Recursos (TMR) e a Teoria do Processo Político (TPP). Para os fins deste artigo, não detalharemos as contribuições de cada um desses núcleos. Para uma síntese dessas teorias, remetemos ao texto de Angela Alonso (2009) “As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate”.

O autor parte, assim, do pressuposto de que as transformações histórico-sociais teriam alterado a estrutura e o funcionamento da sociedade sem, no entanto, alterar substancialmente a ordenação das relações raciais, herdadas do “antigo regime”. Em outros termos, os dilemas se constituíram como anomalias sociais, o que levou à reação de segmentos “espoliados”, isto é, os “homens de cor”. Tratava-se, nos termos de Florestan, de uma “revolução dentro da ordem” diante da incoerência entre a ordem legal e a ordem social (Fernandes, 2008b, p. 9).

Utilizando a classificação das ações coletivas de Alberto Melucci (1996), poderíamos falar, em termos gerais, “de uma competição em que o conflito e a solidariedade estão confinados dentro dos limites do sistema dado” (Melucci, 1996, p. 32). Em outras palavras, aqueles movimentos exigiam o cumprimento da ordem legal republicana sob o signo de uma revolução moral.

Isso significava que os protagonistas dos movimentos sociais no meio negro aceitavam a ordem legal republicana e a julgavam propícia a satisfazer os seus anseios de segurança, de dignidade e de igualdade. Os movimentos negros estabeleceram como meta fazer valer a nova ordem legal, promovendo uma “segunda abolição”, convertendo-se em “agentes diretos da democratização dos direitos e garantias sociais, estabelecidos pela ordem legal vigente” (Fernandes, 2008b, p. 21).

Fazer valer a ordem legal tornou-se um quadro de referência (*frame*) para cobrar coerência entre o prescrito em lei e a realidade como negação dessa mesma ordem. Nessa direção, é possível indicar a familiaridade entre a abordagem de Florestan Fernandes e as análises de McAdam (1982) em relação ao movimento negro dos EUA, em que os Direitos Civis assumiram a função de um *frame* (quadro de referência) ou parâmetro para os enfrentamentos das desigualdades raciais. A noção de *frame* proporciona, como desenvolvida por Robert Benford e David A. Snow (1996, 2000), o alicerce para a construção de diagnósticos (o que está errado; o sentimento de injustiça), de prognósticos (estratégias de enfrentamento) e motivação (chamado para a ação conjunta) (McAdam; McCarthy; Zald, 1991; Snow *et al.*, 1986; Pan; Kosicki, 1993; Snow; Benford, 1996; Benford; Snow, 2000). *Frame* é, nessa perspectiva, condição para processos de identificação na construção de uma identidade coletiva.

Na análise de Florestan Fernandes, a ordem legal se apresenta como um quadro de referência que orienta a análise do lugar do negro na sociedade, as estratégias de informação e formação, e a busca de repertórios de ação (Tilly, 1968). Neste sentido, Florestan afirma que os movimentos negros

... repontam como uma espécie de vanguarda intransigente e puritana do radicalismo liberal, exigindo a plena consolidação da ordem social competitiva e do modelo correspondente de organização democrática das relações entre os homens. Insurgem-se, literalmente, contra as iniquidades e as impurezas históricas do regime, propugnando que a sociedade aberta não fosse fechada para ninguém e muito menos para um contingente racial. Por conseguinte, os movimentos que organizam se afirmam – histórica, política e moralmente – como as primeiras grandes tentativas coletivas de correção substancial das contradições existentes entre o substrato legal e a realidade social implantados através do abolicionismo e da experiência republicana (Fernandes, 2008b, p. 9).

Diante dessa reação dos movimentos negros, Florestan se põe a questão sobre as circunstâncias históricas que possibilitaram ao negro sair de seu conformismo e assumir um processo de autoafirmação, de solidariedade e uma posição conflitiva no âmbito social e político. Para responder a essa questão, desenvolve sua análise em quatro tópicos:

1º – *os incentivos históricos sociais e os requisitos psicossociais ou socioculturais*, que lograram se concretizar objetivamente, os quais nos permitem compreender como e por que tais movimentos se tornaram viáveis;

2º – *as principais ocorrências, historicamente significativas*, que marcam e delimitam a atualização desses movimentos;

3º – *os obstáculos históricos-sociais*, inerentes à organização da sociedade inclusiva e à situação do “meio negro”, que explicam a descontinuidade, as inconsistências e a frustração final dos movimentos em questão;

4º – *as funções sociais* construtivas que eles conseguiram preencher, em termos da integração do negro e do mulato à sociedade de classes, como ela se expandiu e tende a se expandir na cidade de São Paulo (Fernandes, 2008b, p. 12-13, grifo nosso).

Enquanto os dois primeiros tópicos analisam o encadeamento da eclosão dos movimentos negros, os dois últimos se debruçam sobre o seu malogro e seus ganhos/funções. Se considerarmos os dois primeiros tópicos, entre os diferentes modelos de análise dos movimentos sociais, podemos estabelecer paralelos com o modelo dos processos políticos que “prioriza uma estrutura de incentivos e/ou constrangimentos políticos, que delimita as possibilidades de escolha dos agentes entre cursos de ação” e ao mesmo tempo volta suas atenções para a cultura e a política (Alonso, 2009, p. 56-58)⁴.

⁴ Doug McAdam (1982) identifica cinco modelos (não menciona a Teoria dos Novos Movimentos Sociais), quais sejam: Modelo Clássico; Sociedade de massa; Inconsistência de status; Comportamento Coletivo e o Modelo de Processo Político. Esse incorpora dimensões dos modelos anteriores que visam analisar “um processo contínuo de interação entre grupos de movimento e o ambiente sociopolítico maior que eles buscam mudar” e considera, ainda, ser um modelo compatível com uma interpretação marxista de poder (McAdam, 1982, p. 51).

Diagrama - Um modelo de processo político de emergência de movimento



Fonte: McAdam, 1982, p. 51.

Incentivos históricos sociais e os requisitos psicossociais ou socioculturais

A mobilização de quadros de referência torna-se possível diante de determinadas condições históricas ou oportunidades políticas (Tilly, 1968; Tarrow, 2009). Se, por um lado, a abolição da escravatura e a emergência do regime republicano – que resultaram em mudanças das relações sociais, em particular das relações entre negros e brancos – geraram novos desafios e expectativas para os “homens de cor”; por outro lado, o processo acelerado de industrialização e de urbanização, após a I Guerra Mundial, na cidade de São Paulo, aparecem como incentivos que exerceram influências mais ou menos decisivas na formação dos movimentos negros (Fernandes, 2008b, p. 15). Nesse sentido, Florestan identificou três incentivos fundamentais subjacentes à cimentação das disposições psicossociais/socioculturais:

- 1) *Reação do negro e do mulato ao bloqueamento* – isolamento degradante da elite negra, fonte social das insatisfações, das fricções e das tensões diante dos mecanismos imperantes de ordenação societária das relações raciais; anseios inconformistas; práticas e ideologias, definindo objetivos comuns de integração social (Fernandes, 2008b, p. 15-16).
- 2) *Emulação indireta provocada pelo êxito econômico e social dos “imigrantes”* - estilo de vida, trabalho árduo, poupança severa e o anseio de “subir na vida”; absorção de novas técnicas e instituições sociais; aprendizagem da vida familiar integrada, da solidariedade doméstica, do respeito pela mulher, da importância da educação dos filhos etc.; desenvolvimento de modelos de personalidade ideal; reeducação para o estilo urbano de vida, isto é, dos requisitos psicossociais necessários à integração (Fernandes, 2008b, p. 16-18).
- 3) *Colapso final da dominação tradicionalista e patrimonialista* - dominação que perdurou nas relações dos “brancos” com os “negros”; transformações profundas na estrutura de poder da cidade, abrindo um vazio histórico no plano das relações raciais (Fernandes, 2008b, p. 18-19).

Os incentivos mencionados suscitaram anseios inconformistas comuns, agregando elementos para a formulação do quadro de referência (*frame*), e criaram condições para arregimentar líderes aptos a assumirem os encargos práticos e ideológicos daquela rebelião.

A revolta reprimida trabalhava de forma latente os espíritos, constituindo uma base natural para a emergência de solidariedade, de consenso e de comportamento coletivo inconformista a qualquer oportunidade de equacionamento histórico-social do “problema do negro” (Fernandes, 2008b, p. 21).

Como afirma Florestan, “[A] passagem dessa revolta – que se apresentava inicialmente como desespero, vergonha ou humilhação pessoais, transformando-se em modos socialmente integrados e conscientes de rebelião – dependia, apenas, da existência de catalisadores psicossociais” (Fernandes, 2008b, p. 21). Nessa passagem entre a passividade e a rebelião, há uma longa laboração que viabilizou transformar o inconformismo latente numa orientação de fins coletivos mais amplos, que requeriam consciência da realidade ambiente e atuação social organizada. Florestan explora a evolução da verbalização dessa orientação, desde as conversas informais, como canais de livre expressão manifesta, às formulações ordenadas, veiculadas pela imprensa negra, pelos meios (in)formativos (seminários, cursos, manifestações) e pelo ativismo, constituindo “o nexos efetivo entre a liderança e a massa, bem como entre a propaganda, a formação de uma ideologia comum e a transformação dos líderes ou dos aderentes” (Fernandes, 2008b, p. 64).

Forjou-se, assim, um suporte para a mobilização, a organização, os modelos de liderança, as ideologias e as formas de comunicação que constituem um ator coletivo, sejam como latência ou assumindo visibilidade a partir de suas intervenções no espaço público. Isso permite identificar a semelhança com a definição de espaço público feita por Melucci, como “espaço da palavra, espaço da nomeação, que permite dar voz, nova ou diferente enquanto na sociedade não se permite reduzir ao nome que a racionalidade técnica impõe ao mundo” (Melucci, 1991, p. 123-124); nesse caso, o discurso das relações raciais hegemonizado pelo branco. A dimensão cultural ocupa um lugar de destaque na análise dos movimentos negros. Essa dimensão foi enfatizada no modelo teórico desenvolvido por Melucci nos anos 1980 e 1990, ao considerar que “a solidariedade é de caráter cultural e está localizada no terreno da produção simbólica na vida cotidiana” (Melucci, 1996, p. 115).

Se havia uma coerência e unidade analítica objetiva feita pelos movimentos negros da “situação do ‘negro’ e do ‘mulato’” na realidade social paulistana, é também nesse campo que

Florestan atenta para as tensões internas em relação às estratégias. Tais tensões são patentes nos atritos entre as perspectivas autoritárias e as democráticas, o que leva o analista à percepção de que não se tratava de um movimento monolítico. Segundo Florestan,

as primeiras divergências surgiram em função das técnicas autoritárias de organização do poder, adotadas pelos primeiros líderes principais da Frente Negra Brasileira. [...] O próprio êxito inicial deixou a direção desorientada e compeliu-a a se apegar às técnicas autoritárias de arregimentação. O grupo dirigente se tornou impermeável à comunicação com os demais, aparecendo novas fricções desalentadoras (Fernandes, 2008b, p. 69-70).

A forma como as lideranças catalisaram o inconformismo demonstrou, segundo a análise de Florestan, um certo grau de capilaridade por meio das redes “físicas” submersas⁵ existentes no meio negro. Essas redes encerravam grupos de diferentes matizes e distintos objetivos, com existência mais ou menos duradoura. Num levantamento não exaustivo, compreendendo o período entre 1927 e 1945, são identificadas na cidade de São Paulo dezenove organizações, entre agremiações, associações culturais, clubes, legiões, centros cívicos, irmandades, entre outras (Fernandes, 2008b, p. 54).

A industrialização e urbanização da cidade de São Paulo – conjugadas à presença dos imigrantes, especialmente italianos – compeliram o negro ao inconformismo e a absorver novas técnicas e instituições sociais, bem como a desenvolver modelos de personalidade ideal a partir de valores, tais como a vida familiar integrada, a solidariedade doméstica, o respeito pela mulher, a importância da educação dos filhos. Isto é, novos estilos de vida foram absorvidos pela população negra na cidade de São Paulo (Fernandes, 2008b, p. 16-18). Esses aspectos concentraram a atenção dos líderes dos movimentos no que consideravam essencial, convertidos em itinerário da reeducação do “homem de cor”, preparando-os para agir como homens livres e lutar construtivamente contra as diversas manifestações do preconceito e da discriminação racial. Além de a reeducação do “negro”, também buscaram estender suas influências socializadoras aos “brancos”, denotando um processo de caráter social nacional (Fernandes, 2008b, p. 41). O âmago desta reeducação voltou-se para a autoestima, a valorização histórica do negro na sociedade brasileira, o reconhecimento de sua condição de “gente”, de seus direitos sociais e políticos, isto é, o reconhecimento de sua cidadania conforme a ordem legal instituída. Essas condições são elementos basilares, consoante a teorização de Alberto

⁵ A noção de redes submersas, cunhada por Melucci (1996) e desenvolvida por outros autores sob o conceito de redes sociais, tem como referência as redes “físicas” e virtuais (Barnes, 1987; Castells, 2000; Scherer-Warren, 2005, 2006).

Melucci (1996), para criar um sentido de pertencimento (redes afetivas e simbólicas) e atuar na construção de identidade (quem somos), no compartilhamento de valores (solidariedade), na expressividade (dar voz a subjetividades, estilo de vida e valores) e na resistência cultural (luta contra a dominação e controle social).

Colapso da dominação tradicionalista e patrimonialista como oportunidade política

Há, atualmente, um consenso de que os movimentos sociais não podem ser derivados, de forma direta, das privações padecidas ou da desorganização de suas sociedades. Seriam condições necessárias, mas não suficientes para compreender a sua emergência. Segundo Sidney Tarrow (2009), essas condições são mais duradouras, o que varia são “os níveis e tipos de oportunidades com que as pessoas se deparam, as restrições em sua liberdade de ação e a percepção de ameaças a seus interesses e ações” (Tarrow, 2009, p. 99). Ainda na perspectiva desse autor, os confrontos estariam mais relacionados a estruturas de oportunidades e restrições para a emergência de ações coletivas, vistas junto a repertórios, enquadramento de mensagens e acesso ou construção de mobilização unificadoras. Essas estruturas de oportunidades se relacionam à obtenção de recursos externos, ao sentimento de ameaças ou de ofensa do senso de justiça e, fundamentalmente, quando se abre o acesso institucional, quando surgem divisões entre as elites, disponibilidade de aliados e diante do declínio da capacidade de repressão do Estado (Tarrow, 2009, p. 99)

Seguindo a análise de Florestan, no contexto do processo de industrialização, da universalização do trabalho assalariado e da consolidação da ordem social competitiva, foi colocada em xeque igualmente a dominação tradicionalista e patrimonialista. Mesmo que esse domínio tenha se mantido durante mais tempo na relação entre “brancos” e “negros”, gradualmente ele deixa de ter vigência plena e indiscutível entre os “brancos” (Fernandes, 2008b, p. 18). A presença de novas forças sociais, ligadas à indústria e ao comércio levou, paulatinamente, à desorganização da oligarquia. Entretanto,

A secularização de atitudes não chegara a ser suficientemente profunda para engendrar uma autêntica compreensão dos movimentos sociais [...] ou para suscitar uma colaboração frutífera ‘dos brancos’ em seu desenvolvimento. Ainda assim, deu lugar a certas transigências e indiferenças que tiveram enorme importância (Fernandes, 2008b, p. 29).

Esses fatores criaram condições para elevar os patamares de consciência, discussão e crítica, bem como abriram um “vazio histórico no plano das relações raciais, que equivalia, na

prática, a uma repentina dilatação da autonomia moral do ‘negro’ e do ‘mulato’” (Fernandes, 2008b, p. 20). Esses incentivos ou oportunidades dependiam do desenvolvimento da percepção analítica e da formulação ideológica como fatores de agregação e organização do negro.

Funções das lideranças

Na nossa análise, indicamos a perspectiva histórico-estrutural de Florestan Fernandes, que situa as transformações e permanências estruturais da sociedade brasileira, entre o final do século XIX e meados do século XX. A partir daí, destacamos os incentivos e os requisitos psicossociais ou socioculturais que, na interpretação do sociólogo paulistano, criaram as condições e oportunidades que suscitaram um novo estado de espírito dos “homens de cor”, assim como polarizaram as aspirações integracionistas e assimilacionistas em direções reivindicativas de teor igualitário. Embora esse espírito tenha desabrochado “espontaneamente”, as funções políticas de organização e difusão do movimento, assumidas pelas lideranças, indicam uma ação consciente por parte delas. Da mesma forma, a descontinuidade, as inconsistências e o malogro dos movimentos têm seus fundamentos na natureza especificamente social e não devem “ser encarados em termos de atributos psicológicos diferenciais do ‘negro’ [...] nem de sua ‘incapacidade’ de construir socialmente seu próprio destino” (Fernandes, 2008b, p. 73).

Ao longo da análise, Florestan Fernandes apresenta também as funções das lideranças, quais sejam: promover a definição dos objetivos, desenvolver estratégias e táticas para a ação, formular uma ideologia. Os rumos de um movimento, o envolvimento de seus membros e a construção de um consenso estão intimamente ligados à ação das lideranças⁶. No âmbito da TNMS, a questão da liderança foi desenvolvida em duas dimensões, seu papel interno e externo. Tarrow (2009) focou no papel externo das lideranças, enquanto Melucci (1996) concentrou-se nas dinâmicas internas. Em ambos os níveis, a liderança assume o papel de mediador entre o interior e o exterior do movimento. Isto é: formular políticas, articular redes, manter a coesão identitária e coordenar as práticas, bem como, em nível externo, manter relações com a mídia,

⁶ Nos primeiros estudos sobre movimentos sociais no Brasil, na década de 1970, o debate sobre liderança estava ausente, em grande parte devido à própria repressão política naquele período (Cardoso, 2004, p. 82). Em termos da teorização, na América do Norte, diferentes perspectivas se debruçaram sobre o papel das lideranças. Aldon Morris e Suzanne Staggenborg (2002) apresentam uma sinopse e indicam lacunas teóricas sobre liderança. Melucci teve particular interesse em teorizar o tema da liderança (Melucci, 1996).

instituições e outros grupos. Isso requer a habilidade de “traduzir” a linguagem do movimento para um público mais amplo, sem perder a identidade.

As condições para o exercício de uma liderança pressupõem capacidade de formação cognitiva e de formulação de objetivos, estratégias e “ideologia”. Essa capacidade se desenvolve à medida que há possibilidade de acesso a diferentes perspectivas e conhecimentos. Florestan identifica essas condições que permitiram acesso à instrução, mesmo de forma circunscrita, e possibilitaram as próprias inquietações que ganham corpo após a I Guerra Mundial, com o delineamento de movimentos sociais, novas perspectivas do movimento proletário e movimentos culturais. Apesar das limitações insanáveis, decorrentes da desorganização social permanente, da incapacidade de cooperação para fins coletivos próprios e da inexperiência política quase total, um pugilo de pioneiros⁷ conseguiu abalar a inércia⁸ do “meio negro” (Fernandes, 2008b, p. 14).

É esclarecedora desse processo a citação de Renato Jardim Moreira Leite, em estudo de caso denominado “Movimentos sociais no meio negro”, elaborado em parceria com o militante José Correia Leite, no âmbito do Projeto Unesco:

A estas transformações de estrutura social, corresponde uma série de outros sucessos que influíram na tomada de consciência, por parte dos negros, de seus problemas específicos. [...] A partir da Guerra de 1918, começou a efervescência dos negócios de ismos (socialismo, comunismo). Frequentei reuniões da U.T.G., onde se embaralhava a revolta do negro com reivindicações do proletariado. Nas nossas rodas de conversa apareciam negros e brancos envolvidos nas teorias marxistas. Estes diziam que a posição verdadeira do homem negro era lutar contra a ordem social, pois a culpada da situação era a exploração do regime capitalista. Falavam de um famoso pintor mexicano que tinha feito um mural onde aparecia Lenine no meio de dois trabalhadores: um branco e um negro, com as mãos entrelaçadas, tendo Lenine as mãos sobre eles (Moreira Leite *apud* Fernandes, 2008b, p. 23-24).

O foco da análise não é a Frente Negra Brasileira em si, mas o processo que levou àquele movimento⁹. Neste sentido, são as dinâmicas, a composição de uma unidade, as tensões internas e externas que são os eixos da atenção do autor. Nessa análise, torna-se evidente o

⁷ Florestan Fernandes está atento às nuances da composição e analisa os fatores da predominância da presença de “mulatos”, que se localizam no âmbito sociológico e não em fatores individuais: “parece que o ‘mulato’ teve maiores chances em virtude da própria experiência e do prestígio granjeado anteriormente” (Florestan, 2008b, p. 52).

⁸ Florestan Fernandes utiliza o termo inércia não como inerente à natureza do negro, mas como um estranhamento em relação à sociedade que o repelia, no fundo um repúdio aos valores da sociedade do branco, daí o papel dos movimentos negros em proporcionar as motivações e fundamentos das ações.

⁹ Como já afirmava Gramsci, as análises, geralmente, levam em conta as correntes já constituídas, sem investigar a sua formação, que se trata “de um processo molecular, miudíssimo [...] do qual nasce uma vontade coletiva com um determinado grau de homogeneidade, grau que é necessário e suficiente para determinar uma ação coordenada e simultaneamente no tempo e no espaço geográfico em que o fato histórico se verifica” (Gramsci, 1978, p. 90).

reconhecimento de uma heterogeneidade, tanto em nível das lideranças como entre a população negra, que permitiu uma unidade de objetivos e o poder de mobilizar esse grupo social, mas também implicou rupturas entre as lideranças, em particular na definição das estratégias.

Rastreando a “agitação larval”, Florestan constata que, já no início da década de 1920, havia uma consciência formada, segundo o estudo de caso elaborado por Renato Jardim Moreira. A análise acompanha um longo processo desenvolvido por intelectuais e militantes na formulação dos objetivos, mobilização de cursos e seminários necessários para a formação, disseminação dos sentidos da luta antirracista, articulação de diferentes grupos e organizações. Em outros termos, é dessa ordenação que se estabelece a utopia, “que formava o fundo da contraideologia construída, apontava para uma sociedade de classes aberta racialmente” (Fernandes, 2008b, p. 123)¹⁰, isto é, a construção de uma nova imagem da “raça negra”. Essa análise se coaduna à teoria da liderança como processo não estável, em que as funções de liderança são partilhadas para manter e articular as identidades coletivas (Melucci, 1996).

Entre os autores da TNMS encontramos diferentes formulações sobre as funções das lideranças. No entanto, há uma concordância em atribuir à liderança a formulação de um conjunto doutrinário sistematizado e coerente de ideias, princípios, valores e interpretações da realidade. Esses diferentes enfoques podem ser resumidos em três abordagens fundamentais: 1) **Ideologia** como núcleo organizador e doutrinário fixo da tradição marxista; 2) **Framing** como narrativas que tornem as reivindicações inteligíveis e legítimas, centrado “no como” é usado (McAdam; McCarthy; Zald, 1996; Tarrow, 2009; Tilly, 1968; Pan; Kosicki, 1993; Benford; Snow, 2000; Snow; Benford, 1988, 1996); 3) **Códigos culturais**, em substituição a “ideologia”, reconhecendo-se seu caráter não fixo e um maior pluralismo interno, particularmente nas perspectivas de Touraine (1996) e Melucci (1996). Apesar dessas diferenças, todas as abordagens dão destaque ao papel das lideranças na construção de sentidos que orientam a organização das ações coletivas e de movimentos sociais.

Evidencia-se na análise de Florestan uma perspectiva “em fluxo”, como um campo de disputas na construção de sentido e estratégias, designando o conjunto doutrinário como contraideologia racial. Recorrendo às noções de funções manifestas e latentes¹¹, segundo definição de Robert K. Merton (1968), identifica as funções básicas da contraideologia racial

¹⁰ Os conceitos de utopia e ideologia, na perspectiva de Florestan, baseiam-se na obra de Karl Mannheim, “Ideologia e utopia”.

¹¹ Identificamos em Melucci (1991) a observância dos processos latentes e manifestos na análise dos movimentos sociais, recorrendo a Robert Merton.

em dois planos. Das distintas funções cumpridas pelo movimento negro, destacamos duas: 1) “desmascarar as racionalizações, opiniões e avaliações consagradas pela ideologia racial dominante, evidenciando os fatores e os efeitos *reais* da desigualdade racial vigente” e 2) “unificar a percepção e a explicação da realidade, bem como as manifestações individuais ou coletivas de inconformismo e as aspirações de justiça social, objetivadas historicamente como reivindicações de uma categoria racial exposta à ‘espoliação secular’” (Fernandes, 2008b, p. 131).

A análise salienta, ainda, a preparação cívica do “negro” e do “mulato”, um processo de aprendizagem condicionado ao tipo de movimento.

O sentido e o teor dessa aprendizagem específica, subordinada às tarefas práticas propriamente ditas e às suas implicações doutrinárias, variavam, naturalmente, com os tipos dos movimentos. Onde prevaleciam os modelos autocráticos, a arregimentação se fazia formalmente de modo rígido e segundo uma disciplina paramilitar; onde vingavam os modelos democráticos, ela aparecia como uma educação espontânea, alicerçada no exemplo ou no debate (Fernandes, 2008b, p. 97).

Não há, portanto, um determinismo na configuração dos movimentos sociais, há condicionamentos. Daí a formação heterogênea das lideranças com implicações nos processos de mobilização e escolhas políticas.

Foi assim que a contraideologia racial tornou-se basilar para a mobilização de recursos materiais, humanos, sociais e culturais/simbólicos (Tilly, 1968), lançando mão dos repertórios de ação (realização de seminários, cursos, difusão da imprensa negra¹², promoção de manifestações, entre outros), devidamente analisados na obra de Florestan.

No conjunto da análise de Florestan, identifica-se a relevância dos fatores históricos-estruturais como condicionantes, mas se evidencia o envolvimento ativo dos agentes na formulação de uma contraideologia, escolhas de estratégias e posicionamentos políticos. A relevância dos fatores históricos-estruturais é também a base para o entendimento da derrocada do movimento negro daquele período, com o fechamento da Frente Negra Brasileira em 1937, mesmo com a sobrevivência do jornal “Clarim da Alvorada” até 1948. A questão central do empreendimento de Florestan foi compreender “por que” e “como” os movimentos sociais reivindicatórios surgiram, questão orientadora do “porquê” desses movimentos não terem vingado nem mesmo no “meio negro” (Fernandes, 2008b). Para o autor, a resposta parece simples:

¹² A imprensa negra já estava presente desde o século XIX, mas se tornou muito mais presente a partir dos anos 1920. Sobre imprensa negra em São Paulo ver Ferrara (1985) e Malatian (2018).

A sociedade inclusiva não desaprovava os propósitos integracionistas da contraideologia racial elaborada pelos “negros”. Todavia, ela não se propunha de modo idêntico os problemas da democratização da riqueza, dos níveis de vida e do poder, isto é, fazendo *tabula rasa* do sistema vigente de dominação racial. A ordem social competitiva se abria diante do negro e do mulato; mas de forma individualista e ultraseletiva (Fernandes, 2008b, p. 132).

Para além desses fatores estruturais, podemos nos interrogar, utilizando-nos da noção de ciclos de confrontos de Sidney Tarrow (2009), sobre as mudanças das oportunidades e restrições políticas que possibilitariam ou não a constituição de movimentos sociais, “disponibilizando conhecimentos e repertórios flexíveis de confronto, desenvolvendo quadros interpretativos de ações coletivas e identidades coletivas, e construindo estruturas de mobilização em torno de redes sociais e de organizações” (Tarrow, 2009, p. 181). Não poderíamos falar, assim, de uma abdicação dos sentidos explorados em “A integração do negro na sociedade de classes”, mas em sua latência, emergindo em outros momentos ou ciclos de confronto, tal como se manifestou no movimento negro da década de 1970 e em momentos posteriores, numa atualização daquele legado.

Considerações Finais

Em seis décadas que nos separam da publicação de “A integração do negro na sociedade de classes”, presenciamos profundas mudanças políticas, econômicas, culturais, ideológicas, tecnológicas e comunicacionais. O campo da sociologia foi afetado por novas perspectivas epistemológicas e filosóficas, tornando-se cada vez mais heterogêneo e complexo. Nesse contexto, uma multiplicidade de novos sujeitos de contestação entraram em cena em diferentes níveis, sejam eles locais, regionais, nacionais ou transnacionais. A própria noção de movimento social, para alguns autores, tornou-se obsoleta, daí preferirem outra terminologia, como movimentos de confronto ou de contestação. Mas esses também foram desafiados com a emergência de “contramovimentos” de características conservadoras/autoritárias, particularmente os movimentos de extrema direita (McAdam; Tarrow; Tilly, 2009; Bringel, 2012; Silva; Pereira, 2020).

No Brasil, as lutas pela democratização dos anos 1970 e 1980, que resultaram na Constituição Cidadã de 1988, vista como caminho de superação da ordenação das relações sociais herdadas do passado, geraram um otimismo, e as interpretações críticas sobre os processos políticos, sociais e culturais elaboradas por Florestan Fernandes pareciam estar em vias de superação. Com a ocorrência de movimentos políticos com perspectivas conservadoras e autoritárias na década de 2010, que permaneciam latentes, voltou-se a perguntar sobre continuidades e discontinuidades das

estruturas da sociedade brasileira¹³. Dito isso, e diante da análise apresentada no presente artigo, cabe perguntar sobre a possível atualidade de Florestan Fernandes no campo da teorização dos movimentos sociais/protestos no cenário contemporâneo.

Diante das novas formas de organização, de motivações, de recursos humanos, ideológicos e culturais, da reciclagem e criação de novos repertórios e ação, as perguntas iniciais de Florestan, o do “porquê” e do “como”, permanecem desafiando os pesquisadores, bem como a busca de sínteses que articulem fatores estruturais e estratégicos. Evidenciou-se que o autor não desenvolveu uma teoria dos movimentos sociais e essa não foi objeto de pesquisa. Não obstante, a análise dos movimentos negros apresenta uma contribuição relevante no âmbito metodológico. O autor não parte de um modelo previamente fixado, mas assume uma perspectiva processual, em que o material empírico é examinado de forma acurada e atenta às dinâmicas internas e externas, às diferentes dimensões psicossociais, sociais, culturais e políticas. Florestan dedicou-se à reflexão teórica e metodológica com vistas a amoldar a análise sociológica à formação histórica particular da sociedade brasileira, estendida também às sociedades latino-americanas. Ele mirou de forma não dogmática os desafios das diferentes dimensões da realidade, fazendo uso de distintos métodos capazes de lhe dar sentido. Ao que Gabriel Cohn (1987) define como “ecletismo bem temperado”, preferimos designar como composição coerente de diferentes perspectivas.

Florestan situa os movimentos negros no contexto da ordem social competitiva e suas transformações na nova ordem social, em que o arcaico e o moderno se fundem (Trindade, 2025). Na análise, o autor sobreleva a dimensão estrutural, numa perspectiva histórica diacrônica e sincrônica, a partir da qual identifica as contradições entre uma ordem legal e a ordem social real que estimularam os movimentos. Isto é, as oportunidades políticas (estímulos), quadros de referência (*frames*), a contraideologia, as motivações objetivas e subjetivas, os recursos formativos e informativos, a formação de lideranças, as discordâncias quanto às estratégias mais ou menos democráticas, as formas de mobilização e articulação interna e externa. Compreende-se que a análise não se limita a fatores puramente econômicos, mas adentra em fatores sociais, culturais e psicossociais a partir dos quais emergem as ações políticas dos movimentos. Acrescente-se a disponibilidade do avultado material construído na pesquisa inserida no Projeto Unesco sobre as relações raciais no Brasil. Além disso, destaca-se o papel ativo de lideranças e intelectuais inseridos

¹³ Essa volta aos escritos de Florestan Fernandes é visibilizada no crescente número de artigos e dossiês publicados na última década.

nos movimentos negros, provocando questões epistemológicas relacionadas à não neutralidade do fazer da sociologia, bem como sendo suporte dos próprios movimentos.

Hoje um dos grandes desafios para a análise dos protestos/movimentos sociais e políticos é a interpretação das sociedades contemporâneas diante das transformações já sinalizadas, num quadro cada vez mais complexo, ao mesmo tempo globalizado e com uma heterogeneidade crescente de sujeitos, demandas e perspectivas políticas. Quais são os quadros de referência/códigos culturais/ideológicos mobilizados, os repertórios da ação coletiva, os modelos de liderança, as formas de organização e articulação que estão em vigência?

Em Florestan Fernandes, como sugere Gabriel Cohn,

Interessa mais a ordem dos procedimentos para se dar conta da realidade do que a ordem dos conceitos na teoria internamente consistente. Por essa via, em Florestan a construção da obra não tem tanto a ver com uma visão tópica, local, de níveis de abstração do texto, mas tem mais a ver com uma visão de processo, com uma visão de sequência e encadeamento dos procedimentos que buscam dar conta dos fenômenos. As questões metodológicas subordinam a si as questões propriamente teóricas da construção dos grandes arcabouços conceituais; as questões práticas subordinam as questões teóricas (Cohn, 1987, p. 49).

Esse nos parece um olhar acurado para a contribuição de Florestan Fernandes para as ciências sociais, seja na periferia seja no centro do sistema.

Bibliografia

ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova**, São Paulo, n. 76, p. 49-86, 2009.

ANDERSON, Perry. **Considerações sobre o marxismo ocidental**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BARNES, John A. Redes Sociais e Processos Políticos. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). **Antropologia nas Sociedades Contemporâneas**. São Paulo: Global, 1987. p. 159-193.

BASTIDE, Roger. A imprensa negra no Estado de São Paulo. In: BASTIDE, Roger. **Estudos afro-brasileiros**. São Paulo: Perspectiva, 1983, p.129-156.

BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. **Branços e negros em São Paulo**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.

BASTOS, Elide Rugai. A questão racial e a sociologia de Florestan Fernandes. **Blog BVPS**, 12 abr. 2024. Disponível em: <https://blogbvps.com/2024/04/12/a-questao-racial-e-a-sociologia-de-florestan-fernandes-por-elide-rugai-bastos/>. Acesso em: 15 out. 2024.

BENFORD, Robert D.; SNOW, David A. Framing Processes and Social Movements: An Overview and Assessment. **Annual Review of Sociology**, v. 26, p. 611-639, 2000.

BRINGEL, Breno. Com, contra e para além de Charles Tilly, mudanças teóricas no estudo das ações coletivas e dos movimentos sociais. **Sociologia & Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 2-3, p. 43-67, jun. 2012.

CAMPOS, Antonia Junqueira Malta. **Interfaces entre sociologia e processo social: A Integração do Negro na Sociedade de Classes e a pesquisa Unesco em São Paulo**. 2014. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

- CARDOSO, Ruth Corrêa Leite. A trajetória dos movimentos sociais. In: DAGNINI, Evelina (org.). **Os anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 81-90.
- CASTELLS, Manuel. Materials for an exploratory theory of the network society. **British Journal of Sociology**, Londres, v. 51, n. 1, p. 5-24, jan./mar. 2000.
- CHAZEL, François. Movimentos sociais. In: BOUDON; Raymond (ed.). **Tratado de Sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995. p. 283-323.
- COHN, Gabriel. O ecletismo bem temperado. In: D'INCÃO, Maria Angela. **O Saber Militante: ensaios sobre Florestan Fernandes**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 48-53.
- COHEN, Jean. Strategy or identity: new theoretical paradigms and contemporary social movements. **Social Research**, v. 52, p. 663-716, 1985.
- COSTA, Diogo Valença de Azevedo; SOARES, Eliane Veras. **Florestan Fernandes' Critical Sociology: A Social Theory of Brazil and Latin America**. Abingdon, Oxon; New York: Routledge, 2024.
- FERNANDES, Florestan. Sobre o trabalho teórico [entrevista]. **Trans/Form/Ação**, Assis, v. 2, p. 5-86, 1975. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/trans/a/HyygxDZxqtGstkmdrxnFKdQ/>. Acesso em: 3 set. 2024.
- FERNANDES, Florestan. **Ensaio de sociologia geral e aplicada**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1976.
- FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes** (O legado da "raça branca"). São Paulo: Globo, 2008a. v.1.
- FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes** (No limiar de uma nova era). São Paulo: Globo, 2008b. v. 2.
- FERNANDES, Florestan. **Significado do protesto negro**. São Paulo: Expressão Popular, 2017.
- FERRARA, Miriam Nicolau. A imprensa negra paulista (1915/1963). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 5, n.10, p. 197-207, mar./ago. 1985.
- FOWERAKER, Joe. **Theorizing social movements**. London: Pluto Press, 1995.
- GOHN, Maria da Glória. **História dos movimentos e lutas sociais: A construção da cidadania dos brasileiros**. São Paulo: Edições Loyola, 1995.
- GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997.
- GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- LARAÑA, Enrique; GUSFIELD, Joseph. **Los nuevos movimientos sociales: De la ideología a la identidad**. Madrid: Centro de Investigaciones Sociales, 1994.
- MALATIAN, Teresa. Cem anos de Imprensa Negra em São Paulo: da descoberta à edição fac-similar. **Patrimônio e Memória**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 340-364, jan./ jun. 2018.
- MCADAM, Doug. **Political process and the development of Black insurgency**. Chicago: The University of Chicago, 1982.
- MCADAM, Doug; MCCARTHY, John D.; ZALD, Mayer N. **Comparative perspectives on social movements: political opportunities, mobilizing structures, and cultural framings**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.
- MCADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. Para mapear o confronto político. **Lua Nova**, São Paulo, n. 76, p. 11-48, out. 2009.
- MELUCCI, Alberto. Getting involved, identity and mobilization. **Review International Social Movement Research**, v. 1, p. 329-348, 1988.
- MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais? **Lua Nova**, São Paulo, v. 17, p. 49-66, jun. 1989.
- MELUCCI, Alberto. **L'invenzione del presente: movimenti sociali nelle società complesse**. Bologna: Il Molino, 1991.
- MELUCCI, Alberto. **Challenging codes: collective action in the information age**. Cambridge: University Press, 1996.
- MERTON, Robert K. **Social theory and social structure**. Illinois: Free Press, 1968.

- MORRIS, Aldon; STAGGENBORG, Suzanne. **Leadership in Social Movements**. 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/9780470999103.ch8>. Acesso em: 21 out. 2024.
- MUTZENBERG, Remo. **Ações Coletivas, Movimentos Sociais: Aderências, Conflitos e Antagonismo Social**. 2002. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.
- NASCIMENTO, Janaina Xavier do. **Paradigmas dos movimentos sociais: Entre um olhar estratégico e um olhar identitário**. 1998. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1998.
- NEVEU, Érik. **Sociologie des mouvements sociaux**. Paris: La Découverte, 1996.
- OLSON, Mancur. **The logic of collective action: public goods and the Theory of Groups**. Cambridge: Harvard University Press, 1971.
- PAN, Zhongdang; KOSICKI, Gerald M. Framing Analysis: An Approach to News Discourse. **Political Communication**, v. 10, n. 1, p. 55-75, 1993.
- SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n. 1, p. 109-130, jan./abr. 2006.
- SCHERER-WARREN, Ilse. Redes sociales y de movimientos en la sociedad de la información. **Nueva Sociedad**, Buenos Aires, n. 196, p. 77-92, mar./abr. 2005.
- SCHERER-WARREN, Ilse. **Movimentos sociais: um ensaio de interpretação sociológica**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1987.
- SILVA, Marcelo Kunrath; PEREIRA, Matheus Mazzilli. Movimentos e contramovimentos sociais: o caráter relacional da conflitualidade social. **Revista Brasileira de Sociologia**, São Paulo, v. 8, n. 20, p. 26-49, set./dez. 2020.
- SNOW, David; BENFORD, Robert. Ideology, Frame Resonance, and Participant Mobilization. **International Social Movement Research**, v. 1, p. 197-217, 1988.
- SNOW, David A.; BENFORD, Robert D. Master Frames and Cycles of Protest. In: MCADAM, Doug; MCCARTHY, John D.; ZALD, Mayer N. (ed.). **Comparative Perspectives on Social Movements**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. p. 133-155.
- SNOW, David; ROCHFORD JR., E. Burke; WORDEN, Steven K.; BENFORD, Robert D. Frame Alignment Processes, Micromobilization, and Movement Participation. **American Sociological Review**, v. 51, n. 4, p. 464-481, 1986.
- TARROW, Sidney. **O poder em movimento: movimentos e confronto político**. Petrópolis: Vozes, 2009.
- TILLY, Charles. **Popular contention in Great Britain, 1758-1834**. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1968.
- TOURAINÉ, Alain. **O retorno do actor**. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.
- TRINDADE, Lucas. A modernização do arcaico, a arcaização do moderno. **Nossa ciência ao alcance de todos**, 2025. Disponível em: <https://nossaciencia.com/colunas/a-modernizacao-do-arcaico-a-arcaizacao-do-moderno/>. Acesso em: 21. ago. 2025.

Recebido em: 11/9/2025

Aceito em: 27/1/2026